



I Encontro Semintur Jr.
Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul
Saberes e fazeres no turismo: Interfaces



8, 9 e 10 de julho de 2010 - Universidade de Caxias do Sul | Mestrado em Turismo | Caxias do Sul | RS | Brasil

TURISMO DE AVENTURA NO RIO GRANDE DO SUL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA SUA ESTRUTURAÇÃO E NORMATIZAÇÃO

Leandro Bazotti¹
Álvaro Luis Machado²

Resumo: Este artigo realiza uma análise da atividade de Turismo de Aventura no Brasil realizando um estudo no mercado do segmento, buscando retratar a realidade deste segmento turístico que na visão de alguns autores, representa o surgimento do novo turismo. Para isto, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e observação participante e o instrumento de pesquisa, a aplicação de entrevista semi estruturada. O artigo salienta os diversos momentos de organização, registrando a criação do *trade* de Turismo de Aventura do Brasil, em especial do Estado do Rio Grande do Sul, que com o trabalho orientado pela Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul conseguiu atingir o *status* de ser o primeiro Estado no Brasil a possuir uma legislação que regulamente este segmento. Além disto, está entre os 14 pólos de Turismo de Aventura identificados pelo Ministério do Turismo como locais promissores para o desenvolvimento desta atividade.

Palavras-chaves: turismo de natureza; turismo de aventura; lazer; meio ambiente; normatização.

1. INTRODUÇÃO

As atividades e viagens ligadas ao ambiente natural, sempre fizeram parte da vida do ser humano. Desde a época da pré-história, quando o homem ainda era nômade ele já realizava grandes peregrinações sobre a terra. Posteriormente, quando dominou a

¹ Bacharel em turismo ênfase hotelaria – Rede Metodista IPA. Atua com o segmento de Turismo de Aventura no Estado desde o ano de 1999, faz parte do corpo de Instrutores de Turismo de Aventura do RS e é docente nos cursos de formação de condutores de Turismo de Aventura do Estado do Rio Grande do Sul. Contato: atlasalpinismo@terra.com.br

² Professor das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT, Especialista em Ecologia Social e Educação Ambiental pela ULBRA-RS, Mestrando em Turismo na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Contato: alvaromm@faccat.br

agricultura, suas viagens estavam ligadas ao comércio, onde o deslocamento era realizado para a troca de produtos; posteriormente, nas expedições exploratórias.

A partir da evolução destas práticas, iniciaram-se os deslocamentos em busca de lazer, ocorrendo assim o surgimento da atividade turística, que está ligado diretamente ao processo civilizatório da humanidade.

A este processo também está ligado o surgimento do Ecoturismo e deste o Turismo de Aventura.

Hoje chamamos de “aventura” as práticas que, no passado, muitas vezes garantiam a própria sobrevivência da raça humana. Afinal, no início de sua trajetória na terra o homem, perambulava em busca de alimentos e abrigo, e a sobrevivência era a grande aventura a ser empreendida.

A concepção de aventura não é física e palpável, mas é algo que, passando por um conjunto de sensações interligadas pela motivação e destreza, temperadas pelo obstáculo inesperado, chega ao prazer da conquista. O desfecho incerto e a proximidade do perigo, por menor que seja, diante da expectativa criada, formulam quadros de superação que, uma vez vencidos, tornam o homem mais confiante em si próprio (FONSECA e ZOLINO, 2008).

Diversas atividades com o meio natural, portanto, consideradas de aventura para o homem urbano, como remar um rio bravo, descer corredeiras, percorrer quilômetros dentro da mata, cruzar montanhas, ausentar-se por longos períodos em busca de caça para a tribo, entre outras ações, são parte natural das necessidades da nossa sobrevivência.

Ao dominar a natureza com técnicas e equipamentos e buscar o conforto, o homem de certa forma passou a se distanciar dela. À medida que as pessoas retomam o contato com estes ambientes, elas exigem roteiros mais autênticos, natureza pouco alterada e novos locais. As agências se profissionalizam e, aos poucos, a imagem do mochileiro cede lugar a famílias em busca de conhecer novos lugares e grupos de jovens que querem ver o que os livros apenas lhes apresentam rapidamente.

Entender a aventura como motivação turística é compreender melhor o espectro do Turismo de Aventura e assimilar vários de seus conceitos, características e peculiaridades, além de ter a oportunidade de familiarizar-se com uma atividade nova e diferente da rotina urbana, onde o homem se encontra com a natureza e consigo mesmo, através da superação de seus medos e limites, podendo lhe proporcionar assim muitos benefícios, tanto individuais como coletivos.

É importante conhecer os conceitos que buscam contemplar a complexidade do mercado de Turismo de Aventura e o que ele representa, no país e também no mundo. Para a realização deste artigo, foi usado como base principal o documento resultante de uma pesquisa realizada no Rio Grande do Sul e também diversas consultas a fontes bibliográficas com a finalidade de agregar informações e conhecimentos.

A escolha do tema é relevante, pois o conhecimento técnico científico sobre este segmento não é de apropriação do restante da cadeia produtiva do turismo e também de seus consumidores sendo necessário colocar os principais conceitos e conhecimentos sobre este segmento a disposição da comunidade acadêmica, científica, gestora e consumidora para que possam refletir sobre eles, ampliando e disseminando assim o saber comum sobre estas atividades e as atribuições que as englobam.

2. O TURISMO DE AVENTURA

Para melhor compreender a estruturação e normatização do Turismo de Aventura no Brasil e principalmente no Rio Grande do Sul, se faz necessário a apresentação de outro segmento turístico que serviu de base para o Turismo de Aventura: o Ecoturismo.

Na década de 1980, Lascuràin Ceballos, foi um dos primeiros estudiosos a definir a atividade de Ecoturismo como sendo basicamente “o retorno do ser humano as suas origens, ou o reencontro do homem com a natureza em seu estado primitivo” (COSTA, 2002, p. 22).

Assim, é adequado pensar que a industrialização está estreitamente envolvida com a fuga do homem para o ambiente natural. As pessoas que vivem nos países mais industrializados são as que mais necessitam desta fuga.

No caso do Brasil, onde a cidade de São Paulo surge como a maior metrópole do país e conseqüentemente a que apresenta os maiores níveis de estresse, poluição e caos urbano, a realidade não é diferente, pois também é a maior geradora de demanda de fluxo de turistas, tanto para viagens internas quanto para viagens externas.

Portanto, é natural que surja na cidade de São Paulo a primeira operadora de Ecoturismo do Brasil, a *Free Way*, no ano de 1983, oferecendo a seu público uma série de atividades em ambientes naturais.

Para confirmar tal raciocínio, Mckercher (2002, p. 203), fala sobre a demanda do turismo de natureza, que nos mercados estrangeiros variam muito de acordo com o grau de industrialização da sociedade, onde a sociedade que sofreu maior impacto com ela busca mais as atividades desenvolvidas na natureza.

Para que a sociedade ou visitante aproveite de forma agradável sua experiência nesta atividade, os agentes de viagens e as operadoras de turismo são elementos-chave na ligação entre o local de destino e o turista, tendo assim uma enorme influência e responsabilidade sobre as escolhas realizadas e os tipos de experiências vivenciados pelas pessoas na viagem (FENNELL, 2002, p174).

Se o agente de viagens não souber passar as informações corretas para os seus clientes, bem como aconselhá-lo a buscar um destino que atenda suas expectativas, pode além de causar grandes prejuízos financeiros, criar danos físicos e psicológicos a estas pessoas, bem como colocar em risco inclusive o seu próprio negócio.

Este fato é agravado quando os destinos buscados envolvem locais ou situações mais complexas, como afirma Fennell quando diz que “as operadoras de excursões na natureza mais remota, tem o papel mais importante na conexão dos clientes com os outros negócios e locais de destino ao redor do mundo, em particular em países não industrializados” (FENNELL, 2002, p.190).

Uma recente evolução do segmento de turismo de natureza nos apresenta mais um importante ponto a ser observado; a figura do fornecedor de equipagem.

Como diz Tims (1996 apud FENNELL, 2002):

A equipagem remonta aos primeiros exploradores que empregavam as pessoas para um determinado serviço, em geral colocando o ser humano contra a natureza. Mais recentemente, a equipagem progrediu a ponto de assumir um *status* profissional no *American Outdoors* e no Instituto de Guias profissionais (PGI) [...] com a missão de identificar, melhorar e disseminar os conhecimentos de monitoria e educacionais da indústria da equipagem, para que fornecedores de equipamentos e de guias possam oferecer serviços da mais alta qualidade para o público (TIMS apud FENNELL, 2002, p.186).

Surge assim uma característica própria do segmento de aventura possibilitando um contato com o ambiente natural onde o homem age contra os limites impostos pela natureza e utiliza equipamentos e técnicas específicas, garantindo o prazer e a segurança necessárias na atividade.

Operacionalmente, a empresa deve ter uma quantidade de equipamentos e de estoque de produtos em geral para uso por parte dos clientes. “Além disto, deve ter

manutenção adequada das instalações e equipamentos, a fim de produzir um padrão de qualidade aceitável, para que assim os clientes possam utilizar com segurança” (MCKERCHER, 2002, p 256).

McKercher (2002) também comenta que “os funcionários que manipulam os equipamentos devem conhecer como eles funcionam e se necessário saber como utilizá-los” (MCKERCHER, 2002, p 256).

O que podemos identificar com o surgimento deste novo conceito na terminologia é que surge assim um novo campo de atuação que necessita de pessoas especialmente habilitadas para lidar com estes equipamentos. Desta maneira:

Os tipos de experiência que interessam aqueles turistas que procuram os recursos naturais (ex. turistas de aventura e ecoturistas) tem exigido a inclusão de empresas preparadas para fornecer equipamentos e outros serviços especializados no turismo (FENNELL, 2002, p. 295).

A operadora de viagens desempenha com isto o papel de facilitador, mentor e ponto de referência para os clientes. “Esse modesto nível de apoio reduziu o risco e a estranheza da aventura a um grau satisfatório para seus clientes” (MCKERCHER, 2002, p 236).

Em outras palavras, as pessoas querem experimentar mudanças, mas com a certeza que sua escolha por um programa de aventura não venha a interferir nos níveis de segurança que permite que elas experimentem a emoção da estranheza sem terem medo de serem dominadas por isto.

Assim, a sensação de comodidade expressa pelo produto turístico de aventura deve possibilitar que os clientes apreciem a novidade de uma área ou atividade, com pouco desconforto físico e emocional.

Este fato faz com que um maior número de pessoas passem a consumir estes produtos e também os divulguem para que seus conhecidos também possam vivenciar esta experiência.

Uma característica importante do Turismo de Aventura é que as operações legais e organizacionais das empresas de turismo na natureza são regidas por várias leis, convenções e regulamentações governamentais determinadas pelo município e pelo Estado (MCKERCHER, 2002, p.240)

De acordo com Metelka (1990) “a regulamentação é o produto dos esforços de uma agência (governamental, internacional ou de negócios) autorizada a regulamentar

os negócios em sua jurisdição” (METALKA apud FENNELL, 2002, p. 145). Historicamente, isso significa que “o governo foi considerado apto a ditar as ações do setor – por exemplo, da aviação – em termos de políticas apropriadas relacionadas com a segurança” (FENNELL, 2002, p. 245).

Confirmando tal afirmação, temos o exemplo da regulamentação Estadual do Turismo de Aventura no Rio Grande do Sul. Tal regulamentação foi criada no dia cinco de janeiro de 2005, quando o então governador do Estado (Germano Rigoto) assinou a lei de número 12.1228 que em seu artigo 1º afirma que:

O Turismo de Aventura no Estado do Rio Grande do Sul será realizado em observância às normas e diretrizes estabelecidas nesta lei, com a finalidade de ordenar a atividade, preservar os espaços naturais, garantir a segurança dos usuários e qualificar o pessoal envolvido na operação. Assim o Estado passou a ser o primeiro a ter regulamentação própria do Turismo de Aventura. (RIO GRANDE DO SUL, 2005).

O intuito desta lei, conforme Machado (2008), foi justamente organizar o segmento de Turismo de Aventura no Estado, com a finalidade de proporcionar qualidade e segurança para os turistas que freqüentassem o Rio Grande do Sul e estabilidade aos seus operadores.

Ainda, conforme declaração de Machado (2008), este processo de regulamentação foi realizado através de um trabalho conjunto entre a Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul e os seus operadores, ao longo de quase oito anos de atividades, desde que foi realizado o primeiro encontro no município de Osório no segundo semestre de 2001. Várias outras reuniões, encontros e oficinas foram realizadas desde então, sempre contando com a efetiva participação dos operadores atuantes no processo.

Percebendo que poucas agências de turismo tem políticas e sistemas de gestão formais e “a menos que seja previsto em lei, essas empresas só adotarão uma prática correta quando houver uma vantagem comercial indiscutível” (FENNELL, 2002; p.146) torna-se fundamental que o setor do turismo concilie “a idéia do profissionalismo (sob qualquer forma) por causa do enorme interesse nesta área atualmente” (FENNELL, 2002, p.156).

Desta forma as pessoas envolvidas com esta atividade, terão de estar realmente aptas para atuarem neste segmento. Esta aptidão poderá ocorrer de diversas formas, com

a finalidade de creditar a competência deste profissional, oferecendo assim maior qualidade e segurança nos serviços prestados.

Para entender como o Turismo de Aventura é visto atualmente, Pires (2002) identifica uma nova fronteira no turismo sob vários aspectos já que “nos últimos anos ocorreram várias inovações que parecem explicar e corroborar a idéia de que estamos diante da transição do velho turismo para o novo turismo” (PIRES, 2002, P.155).

Um exemplo para isto é apresentado por Swarbrooke (2003) quando afirma que, “estamos vivendo em uma época em que a clássica viagem de aventura em locais selvagens está sendo complementada por aventuras em ambientes artificiais criados pelo homem, frequentemente em áreas urbanas” (SWARBROOKE, 2003, prefácio), como por exemplo, em um *shopping center*, quando podemos nos deparar com um circuito de arvorismo à disposição de jovens e adultos que queiram se aventurar nas alturas e tentar vencer os obstáculos suspensos oferecidos ao longo de cada etapa.

Assim, não se faz necessário ter de se deslocar até algum local afastado ou parque temático para ter acesso a esta atividade, pois com o auxílio das novas técnicas desenvolvidas pelo aperfeiçoamento do conhecimento e das experiências vividas é possível realizar uma situação de simulacro em praticamente qualquer ambiente.

Parece claro que a aventura não é um conceito absoluto com o mesmo significado para todos. Trata-se na verdade de um conceito altamente pessoal, assumindo diferentes significados para diferentes pessoas. Uma atividade tida como corriqueira ou normal para uma pessoa pode representar uma aventura incomum para outra, dependendo de sua experiência ou personalidade de cada indivíduo (SWARBROOKE, 2003, p. 126).

Na tentativa de conceituar o turismo de Aventura, o Ministério do Turismo indica que: “Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” (BRASIL, 2006b, p.2).

Porém, o conceito apresentado é muito vago e abrangente para os profissionais do segmento que, por esse motivo, tentam modificar seu entendimento indicando que o Turismo de Aventura representa:

Mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam riscos controlados e assumidos, equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a

segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sócio-cultural”(Brasil. 2006b).

Com esta definição, percebemos que ficam contempladas importantes características que compõem este segmento, dando assim uma clara visão de como seus profissionais identificam o segmento com que trabalham.

3. ANÁLISE DO SEGMENTO DE TURISMO DE AVENTURA

Ao longo do estudo identificou-se que no Rio Grande do Sul existe uma média de 30 empresas atuantes no mercado e foi percebido que o Turismo de Aventura é dividido em três segmentos: ar, terra e água; onde em cada um destes ambientes são realizadas uma série de modalidades, que utilizam técnicas e equipamentos específicos para minimizar os riscos inerentes a este segmento.

Verificou-se também que o desenvolvimento do Turismo de Aventura no RS passou por quatro fases distintas: no princípio como um esporte de “gurizada louca” que praticava atividade radical, posteriormente passou a ser chamado de Ecoturismo e logo em seguida como aventura até ser definida como o então Turismo de Aventura.

Nos anos 1980, mais precisamente em meados de 1985 difundia-se uma série de atividades esportivas praticadas em ambiente natural no Estado do Rio Grande do Sul, como por exemplo, caminhadas de longo curso, travessias, escaladas, cavalgadas, vôos e canoagem.

As caminhadas e travessias eram praticadas principalmente na região dos Aparados da Serra e Serra Geral, local onde atualmente se encontram os dois principais Parques Nacionais do Estado e um dos mais importantes atrativos do Brasil. Ali, jovens aventuravam-se nas encostas dos perais³, para cruzarem de ponta a ponta os maiores cânions do Brasil.

As escaladas, que já ocorriam desde 1950, agora tinham em seus adeptos um núcleo conciso de praticantes que realizavam diversas atividades por vários cantos do RS, de norte a sul, conquistando rotas de escaladas e aprimorando suas técnicas.

Na cavalgada o Estado tem no sangue esta tradição, mas que agora tomava outros caminhos realizando expedições pelos Campos de Cima da Serra, cruzando rios, vales e montanhas, hospedando-se nas próprias sedes das fazendas por onde passavam.

³ Perais é um termo utilizado no Estado para designar um grande abismo, como por exemplo, os cânions.

Na água através da canoagem, a cidade de Três Coroas se despontava, criando inclusive competidores olímpicos; que seriam poucos anos depois os futuros proprietários das primeiras operadoras de Turismo de Aventura do RS.

Mas somente por volta do ano de 1998, após o campeonato mundial de canoagem realizado no Estado, onde a mídia local, nacional e mundial estava presente, que esta atividade começou a ter respeito e ser reconhecida, tanto pelo público consumidor, como para os órgãos governamentais.

Outro ponto observado, é que a maioria dos atores, pelo fato de terem iniciado nesta atividade muito jovens, nunca desempenharam outra atividade profissional e que suas características de empreendedorismo vieram aflorando com o passar dos anos, conforme iam crescendo, se especializando e percebendo as características e tendências de seu campo de atuação.

Em relação a composição sexual do *trade*, percebe-se que 98% dos atores são homens. Destes 50% são solteiros e os que são casados, suas esposas não possuem envolvimento nenhum com a atividade.

Analisando a questão referente ao desenvolvimento e aperfeiçoamento que levaram o Estado a ser reconhecido pela sua competência, identificamos quatro momentos no contexto histórico do mercado de Turismo de Aventura no RS, que são eles:

- Primeiro Momento: Surgimento – entre os anos de 1993 a 1997: Governador Antonio Britto do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB. Secretário de Turismo Alberto Oliveira e Günther Staub ambos do PMDB.

O Turismo de Aventura era visto de forma geral como uma atividade oferecida por jovens “loucos”, sem amparo nenhum dos órgãos governamentais. Onde não usufruíam ofertas de equipamentos, nem de capacitações específicas, e tudo era realizado empiricamente. No meio turístico as agências eram fechadas para eles, mas a mídia lhes dava uma grande atenção – o que fomentava a procura destas atividades por pessoas que queriam experimentar novos desafios. As dificuldades encontradas eram a aquisição de equipamentos, padrões de treinamento, capacitação e captação de público.

- Segundo Momento: Desenvolvimento – entre os anos de 1998 a 2001: Governador Olívio Dutra do PT. Secretário de Turismo Milton Zuanazzi do Partido Democrático Trabalhista e depois Partido dos Trabalhadores.

O segmento começava a apresentar um diálogo com a instituição governamental, mas seguia sem possuir abertura do meio turístico. Em compensação

começava a ter uma certa oferta de equipamentos e acesso a informações referentes a capacitação além de passar a ser visto como algo não tão radical. Por outro lado a mídia começava a se fechar.

- Terceiro Momento: Estruturação – entre os anos de 2001 a 2005: Governador Germano Rigotto do PMDB. Secretário de Turismo Luiz Augusto Lara do Partido Trabalhista Brasileiro.

O *trade* começa a se organizar, é reconhecido oficialmente pelo Estado, mas passa por um grande abre e fecha de empresas; as agências de turismo começam a se abrir, mas a mídia segue se fechando.

Neste momento o diálogo entre as próprias empresas começa a se aprofundar, inclusive pela convivência crescente através dos eventos que vinham participando.

- Quarto Momento: Consolidação – entre os anos de 2005 a 2008: Governadora Yeda Crusius do Partido da Social Democracia Brasileiro. Secretário Luiz Augusto Lara e José Heitor Gularte, ambos do PTB.

O público está bem mais familiarizado com estas atividades, as empresas e proprietários já não são mais vistos como “loucos” e sim como profissionais, com grande acesso a equipamentos e capacitação, e as agências começam a se especializar e uma série de medidas são tomadas para a consolidação deste segmento.

Ou seja, podemos dizer que o surgimento do Turismo de Aventura no RS, ocorreu no momento que foi aberta a *Raft Adventure* em 1993 na cidade de Três Coroas.

O seu desenvolvimento se deu com a ocorrência dos campeonatos de canoagem realizados em 1996 e 1997, também na cidade de Três Coroas.

A sua estruturação foi a partir da realização da I Oficina Estadual de Turismo de Aventura em 2001 na Cidade de Osório. E por fim a sua consolidação se deu através da assinatura da lei 12.228/05 em 2005, quando o segmento passou de fato a ser reconhecido pelos órgãos competentes.

Ao analisar o contexto do Turismo de Aventura no RS, percebemos que os segmentos ar, terra e água possuem algumas atividades paralelas bem definidas em cada grupo, vejamos:

Ar: As pessoas que trabalham com a atividade de vôo, atuam também como professores de vôo.

Terra: As pessoas que trabalham com terra, atuam também com Alpinismo Industrial – alguns como professores de escalada, embora representem a minoria.

Água: As pessoas que trabalham com água, atuam, também, em uma série de atividades, relacionadas a vários âmbitos, que vão desde escola de canoagem, realização de campeonatos e eventos esportivos, empresas de turismo, e, também, em segmentos que nada tem a ver com o esporte.

Outra observação realizada ao longo dos anos é que são todos muito profissionais e competentes, mas também são muito “loucos”; em vários sentidos, mas não no de irresponsabilidade. Talvez isto seja referente ao alto grau de responsabilidades que tem em suas mãos durante o “horário comercial”, pois estão a todo momento com a vida de pessoas em suas mãos, e quando acaba o horário de trabalho, necessitam extravasar a tensão contida ao longo do dia.

Referente a isto o pesquisador notou que existem alguns estereótipos bem definidos ligados ao que cada um dos grupos possui, dependendo das atividades que realizam – mas que não serão lincadas aqui – pois existem aquele grupo que é o mais quieto, o outro que é o mais festeiro, também aquele que é o mais beberrão, dentre outros ainda existentes, criando assim uma interessante área de estudo para o campo da psicologia.

Algumas das ações desenvolvidas pelos atores do Turismo de Aventura do Rio Grande do Sul merecem destaque:

- I Oficina de Turismo de Aventura do Rio Grande do Sul em 2001.
- Entrega de carta de intenções ao Secretário de Turismo em 2003.
- Comitê Técnico de Turismo de Aventura de realizado em 2004.
- Assinatura da lei Estadual em 2005.
- Cursos de Instrutores de Turismo de Aventura em 2005.
- II Oficina de Turismo de Aventura em 2006.
- Cursos de Condutores de Turismo de Aventura em 2008.

Para uma comparação desta cronologia vivenciada no Estado, foi copiado abaixo, uma linha do tempo do Turismo de Aventura no Brasil, extraída do documento digital do Ministério do Turismo, apresentado em uma reunião juntamente com o *trade*, onde passa uma rápida idéia desta atividade no Brasil:

- 1990: Crise no Setor devido ao Governo Collor.
- 1992: Acontece a ECO 92 e sociedade volta-se ao meio ambiente.
- 1993: Cresce o número de prestadores de serviços.
- 1994: *Boom* no segmento, multiplicação das empresas de Turismo de Aventura.

- 1995: Início da ocorrência mais freqüente de acidentes envolvendo praticantes do Turismo de Aventura.
- 1996: Criação do primeiro grupo voluntário de busca e salvamento.
- 1998: Formalização das empresas de Turismo de Aventura.
- 1999: Realização da primeira *Adventure Sport Fair* em SP.
- 2000: Declínio na demanda por serviços de TA nos pólos.
- 2001: Realização da Oficina Nacional em Caeté.
- 2003: Criação do GETA – Grupo de Empresários de Turismo de Aventura começa a definição do marco regulatório para o setor de Turismo de Aventura pelo Ministério do Turismo.
- 2004: Criação da ABETA – Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura.
- 2006: Processo de normatização em curso, elaboração de normas transversais e relativas a algumas das atividades de aventura.
- 2007: Início Programa Aventura Segura.

Podemos perceber que esta cronologia da realidade nacional do Turismo de Aventura, de maneira geral e salvo algumas exceções, aplica-se completamente a realidade do Rio Grande do Sul e também aos períodos que o ele passou durante todos estes anos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber, o Turismo de Aventura é um segmento novo, técnico e multidisciplinar onde as pessoas envolvidas nesta atividade precisam ter uma série de conhecimentos específicos, além dos conhecimentos tradicionais do turismo.

Podemos notar que apesar de ser recente, ao comparar com outros segmentos, possui um elevado grau de organização e profissionalização de seu *trade*, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, que já possui um grande caminho percorrido com esta preocupação.

Ao analisar a pesquisa realizada no Rio Grande do Sul sobre o Turismo de Aventura, percebesse a importância da participação de outros Estados na iniciativa e realização de estudos semelhantes. O conhecimento sobre este segmento em sua região seria ampliado, trazendo dados pertinentes que ajudariam na prospecção futura sobre o mercado e seus comportamentos ao identificar suas vocações e necessidades, auxiliando

assim para se estruturarem adequadamente para o atendimento organizado e seguro de pessoas em suas regiões.

Somente assim, ao estudar, identificar e analisar as características e princípios de cada segmento poderemos ter um maior conhecimento das atividades que estão surgindo e fazendo parte da cadeia turística.

Desta maneira, serão beneficiados os empreendedores que terão maiores condições de investir em um empreendimento tendo o conhecimento sobre ele; para seus colaboradores que poderão indicar e auxiliar de forma correta os consumidores na hora de realizar suas compras, bem como os clientes que estarão mais informados sobre as características e peculiaridades de cada segmento, tendo assim a clareza e certeza de estarem adquirindo um produto que realmente satisfaça suas necessidades e concretize seus sonhos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Martim W.; GASKELL George. **Pesquisa Qualitativa com texto: imagem e som – Um Manual Prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BERVAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

BRASIL Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade, Diretoria de Áreas Protegidas. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Turismo. **Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura – Relatório diagnóstico**. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura: Orientações Básicas**. Brasília, 2006b.

COSTA, Patrícia Cortes. **Ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

CRUZ NETO, Otavio. O Trabalho de Campo como Descoberta da Criação. In: MINAYO, Maria C.S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FENNELL, David A. **Ecoturismo: Uma Introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

FERRETI, Eliane Regina. **Turismo e Meio Ambiente: uma abordagem integrada**. São Paulo: Rocca, 2002.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W. **Pesquisa Qualitativa com Texto**: Imagem e Som: um manual prático. Petrópolis, RS: Vozes, 2002.

FONSECA, Flávio; ZOLINO, Sérgio. **A Cultura da Aventura na Natureza**. São Paulo: Ministério da Cultura, 2008.

LINDBERG, Kreg; HAWKING, Donald E. **Ecoturismo**: Um Guia para Planejamento e Gestão. 3ª ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2001.

MACHADO, Alvaro. **Ecoturismo**: Um produto viável – A experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Senac Nacional 2005.

MCKERCHER, Bob. **Turismo de Natureza**: Planejamento e Sustentabilidade. São Paulo: Contexto, 2002.

PIRES, Paulo Santos. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: Senac São Paulo, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 12.228**, de 05 de janeiro de 2005. Dispõe sobre o Turismo de Aventura no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em:< http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNo rmas=48291&hTexto=&Hid_IDNorma=48291 >. Acesso em: 22 abr. 2005.

SWARBROOKE, John [et. al]. **Turismo de Aventura**: Conceitos e estudo de caso, Rio de Janeiro: Elseveir, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.